

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso [The social brain as a direct interaction between flesh and blood subjects]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Virno, Paolo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-02 04:17:49
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162875

O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso

Entrevista com Paolo Virno



O filósofo Paolo Virno afirma, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, que “é preciso cortar o nexo entre ‘general intellect’ e economia, substituindo-o por um nexo inédito, aquele entre ‘*general intellect*’ e ação política”. Virno nasceu em Nápoles, Itália, e teve uma importante participação na vida intelectual e na autonomia operária italiana. Em fins de 1970 e princípios dos anos 1980, foi perseguido e aprisionado pelo estado italiano durante três anos, acusado de “associação subversiva e constituição de quadrilha armada”. Foi absolvido. Seus estudos estão orientados para a filosofia da linguagem e a ética da comunicação lingüística, sobretudo no que se refere às formas de vida metropolitana da modernidade pós-fordista. Ensina Ética da Comunicação e Filosofia da Linguagem na Universidade de Cosenza, Calábria; colabora com o suplemento cultural do **II Manifesto**; fundou a revista e editora **Derive Aprodi**, além de **Metropoli** e **Luogo Comune**. Virno é autor de vários livros, entre os quais se encontram: **Grammaire de la multitude. Pour une analyse des formes de vie contemporaines** (Gramática da multidão. Por uma análise das formas de vida contemporâneas) Editions de l’Eclat/Conjonctures, 2002; **El recuerdo del presente** (A recordação do presente) Buenos Aires: Paidós, 2003; e **Quando il verbo si fa carne. Linguaggio e natura umana** (Bollati Boringhieri, 2003), traduzido ao espanhol sob o título **Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humana**. Buenos Aires: Tinta Limón y Cactus, 2004. **IHU On-Line** entrevistou Paolo Virno na 98ª edição, de 26 de abril de 2004. Também publicamos a resenha de dois livros do filósofo: **Gramática de la Multitud** e **El Recuerdo del presente**, na 71ª edição, de 18 de agosto de 2003. Dele também reproduzimos uma entrevista concedida ao jornal **Clarín**, em 24-12-04, na edição número 132, de 14 de março de 2005.

IHU On-Line – Qual é sua opinião sobre obras construídas coletivamente, como a Wikipédia, por exemplo?

Paolo Virno – Parece-me que Wikipédia e outras obras análogas sejam um bom exemplo do que se deva entender por *general intellect*, por intelecto geral ou cérebro social. Esta expressão de Marx indica, sobretudo, o caráter suprapessoal do pensamento e da linguagem humana. Pensamento e linguagem são recursos coletivos, bens comuns: da mesma forma como há um tempo eram bens comuns, na Europa, as terras não demarcadas, das

quais todos podiam livremente usufruir. Comumente se retém que o poder ou a liberdade sejam fenômenos públicos, enquanto a reflexão e a elaboração intelectuais sejam algo privado, íntimo, não manifesto. Não é assim. A mente humana é constitutivamente social. O **nós** precede o **eu**, também do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento. Mais do que do intelecto em geral, eu falarei precisamente de um *intelecto público*. A publicidade do intelecto, ou seja, o caráter comunitário da força-invenção e do saber, pode constituir a base de uma esfera pública que não coincida mais

com o Estado. Torna-se uma observação colateral. Marx usa a expressão inglesa *general intellect* para indicar a ciência retida no capital fixo, isto é, no sistema de máquinas. Na nossa época, esta equação “intelecto geral” = sistema de máquinas não é mais verdadeira. O “intelecto geral” manifesta-se, em ampla medida, na atividade do trabalho vivo, na cooperação inteligente de uma pluralidade de corpos humanos que falam e agem. Wikipédia e outras obras do gênero exemplificam – em alto e refinado grau – uma realidade mais ampla, que vale também em muitos setores industriais: o cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso.

IHU On-Line - Como se entendem, nesse tipo de obra, os direitos autorais e o copyright

Paolo Virno – Não creio que as categorias econômicas, muito menos aquelas ligadas à propriedade privada, possam resolver o problema da compensação a cada autor. Não podemos mensurar um produto do pensamento com base no tempo de trabalho necessário à sua execução. Quando falamos de “tempo de trabalho”, falamos sempre de tempo homogêneo, de uma pura e simples qualidade; enquanto a elaboração intelectual tem uma intensidade qualitativa típica, conecta o passado e o presente, em suma, requer um lapso de tempo descontínuo e não-homogêneo. Com a Wikipédia e obras semelhantes, termina, em princípio, a economia política, a sua “racionalidade”. Somente uma norma política pode servir para enfrentar a retribuição aos colaboradores. Creio que a escrita dos textos seja remunerada pelo modo mais generoso, mas creio também que sobre os textos não deva subsistir nenhum *copyright*.

O comum e o individual

A relação entre Wikipédia como obra coletiva, e cada autor em particular, levanta um problema teórico muito interessante: a relação entre o que é *comum* e o que é *individual*. Em grande

escala, este é um problema da multidão: de fato, por “multidão” devemos entender uma pluralidade de indivíduos muito diferentes entre si, que, no entanto, chegam a um recurso comum, compartilhado, pré-individual. O *general intellect* é o âmbito do *comum*, os autores de Wikipédia exemplificam o âmbito da *singularidade*. A multidão é uma rede de singularidades que, em vez de convergir na unidade postiza do Estado, perduram como tais, justamente porque fazem valer sempre de novo, nas formas de vida e no espaço-tempo da produção social, a realidade pré-individual que têm nas costas, ou seja, o comum do qual derivam. Longe de contrapor-se, o comum (*general intellect*) e o singular (cada um dos “muitos” em que consiste a multidão) referem-se um ao outro. Os indivíduos, únicos e irrepitíveis, não seriam tais se não tivessem algo que os unisse. A dificuldade está em compreender em que consiste, precisamente, a relação recíproca entre comum e singular. Limito-me a levantar questões “filosóficas”. O comum seria talvez o resultado de uma abstração mental, que isole e condense certos traços presentes em muitos indivíduos? Ou, vice-versa, isso é algo realíssimo em si e por si, independente das nossas representações? E depois e, sobretudo: o singular é distinto dos seus semelhantes por que, *ao lado* das faculdades comuns de linguagem e de pensamento, faz valer características ulteriores, essas, sim, únicas e irrepitíveis (por exemplo, um desejo ou uma paixão)? Ou então, ao contrário, aquele singular é distinto dos seus semelhantes única e exclusivamente porque representa uma modulação peculiar *das* faculdades comuns de linguagem e de pensamento? A individuação advém em virtude de algo que se adiciona ao comum, ou tem lugar no seio deste último? Perguntas abstratas, por certo, mas nelas, repito, está colocado o problema de qual seja a relação entre *general intellect* e os indivíduos particulares que compõem a multidão.

IHU On-Line - Hardt e Negri disseram no livro *Multitude* isto: "tudo o que podemos dizer no estado no qual nos encontramos é que a ampla difusão social e a importância econômica dessas práticas oferecem condições que tornam possível um projeto para a criação de uma democracia fundada sobre a livre expressão e a vida em comum. O projeto de *multitude* é a realização desse projeto". Como o senhor explicaria essa afirmação? Qual é a sua opinião sobre ela? Que exemplos poderia citar?

Paolo Virno - Imagino que Michael e Toni se refiram à possibilidade de traduzir a cooperação produtiva, baseada na comunicação lingüística e no saber, numa República não mais estatal, pois a questão delicada (com a qual se mensura o movimento neoglobal, de Seattle aos vários *meetings* de Porto Alegre) está, precisamente, na transposição do que emerge no processo do trabalho numa ordem constitucional alternativa à que caracteriza o Estado soberano moderno. A socialidade do processo de trabalho apresenta-se, hoje, como um recurso apreciado do qual se apropria a empresa capitalista. Todavia, esta mesma socialidade tem características tais, que se podem delinear virtualmente novas instituições democráticas, ou melhor, instituições democráticas não mais baseadas na delegação e na representação, mas na capacidade da multidão de padronizar saberes, técnicas, informações. Procuro explicar-me melhor. O verdadeiro problema, hoje, é que o *general intellect* continua a manifestar-se como trabalho assalariado. As leis da economia continuam a aplicar-se a isto (saber, invenção, pensamento), que o excede e contradiz. É preciso cortar o nexo entre *general intellect* e economia, substituindo-o por um nexo inédito, aquele entre *general intellect* e ação política. A crítica do trabalho assalariado requer a criação de instituições baseadas na publicidade do intelecto.

IHU On-Line - As novas tecnologias exigem o trabalho de *multitude*, o *general intellect* de Marx. Exigem

trabalho coletivo, mas no sistema capitalista individualista, privado, parece ser muito difícil. Há uma contradição entre o sistema que vivemos e a necessidade de socialização que demandam as novas tecnologias? Que rumos se podem vislumbrar para sair dessa contradição?

Paolo Virno - Marx, diante das primeiras sociedades por ações, escreveu que se tratava de "uma superação da propriedade privada sobre a própria base da propriedade privada". Hoje se poderia dizer algo semelhante a propósito do *general intellect*, ele exprime a superação do trabalho assalariado sobre a própria base do trabalho assalariado, a saber, quando ainda predominam as regras e as unidades de medida que contradistinguem este último. Tanto no que se refere às sociedades por ações, quanto no que se refere ao *general intellect*, são possíveis dois erros especulares. O primeiro consiste em pôr unilateralmente o acento na palavra "superação": finalmente se superou a propriedade privada ou o trabalho assalariado, vencemos de modo indolor, o desenvolvimento técnico dissolveu o domínio capitalista. Segundo erro possível: dar unilateralmente importância ao trabalho assalariado que continua a subsistir também em presença do *general intellect*. dir-se-á, então, que tudo é como antes, sem nenhuma diferença de relevo. É preciso evitar ambos os erros: o *general intellect* mostra a superabilidade concreta, realista, do trabalho assalariado, mas este continua a subsistir também quando se afirmaram as condições materiais que poderiam decretar-lhe o fim. Esta situação é cheia de paradoxos, mas é encarada sem simplificações.

A cooperação subjetiva

Uma outra consideração. Desde sempre o capitalista se apropria diretamente, sem pagá-la de nenhum modo, daquela gigantesca força produtiva que é a cooperação social. O capitalista paga o salário a cada trabalhador singular, mas se apossa gratuitamente da interação

entre os trabalhadores singulares, uma interação cujo resultado é muito maior do que a soma aritmética das partes. Hoje, a apropriação privada de um processo de trabalho constitutivamente social é impulsionada ao grau máximo. Também porque hoje a cooperação não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absolver. Eu me explico: uma parte do trabalho consiste, hoje, em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante de algo que chamarei de *cooperação subjetiva*.

IHU On-Line - Como se entende a apropriação da mais-valia nestes casos?

Paolo Virno - O mais-valor, ou mais-valia, é o resultado de um processo produtivo mais amplo da jornada de trabalho estritamente entendida. O mais-valor é gerado por uma cooperação social que compreende também o tempo de não-trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural. Esta cooperação social extratrabalho não é paga pelo salário, obviamente, mas constitui uma força produtiva fundamental. A ela se deve a gênese do mais-valor. Seria conveniente uma teoria do mais-valor (e do lucro) que vá além da jornada de trabalho individual. Deveríamos considerar o "processo de trabalho" somente como uma parte de um "processo de produção" mais geral, que compreende, em si, a vida como tal.

IHU On-Line - O que acontece com aquelas pessoas preparadas, exclusivamente, para um trabalho fordista? Que alternativas existem para o desemprego em massa que não tem sido resolvido pelo governo de "esquerda" como foi prometido?

Paolo Virno - O direito à vida é afirmado independentemente de o ter ou não ter um emprego. A precariedade

crônica, ou seja, a alternância entre trabalho e não-trabalho, não é mais um fenômeno da economia obsoleta, mas caracteriza as pontas avançadas do desenvolvimento capitalista. Se é assim, a exigência de um "retorno de cidadania", de um *basic income*, não tem nada de utópico: é realista e razoável (como, em outros tempos, foi realista e razoável falar de *liberdade e igualdade*). Gostaria de aproveitar esta pergunta para clarear um ponto delicado. O pós-fordismo não se reduz, certamente, a figuras profissionais particulares, que se contradistinguem de refinamento intelectual ou de dotes "criativos". É óbvio que os trabalhadores da mídia, os pesquisadores, os engenheiros, os operadores ambientais etc., são e sempre serão uma minoria. Por "pós-fordismo" entendo, ao invés disso, características que se referem a *toda* a força de trabalho contemporânea, incluindo os coletadores de frutas e os mais miseráveis emigrantes. Eis algumas características: capacidade de reagir intempestivamente à inovação constante de técnicas e modelos organizacionais, um acentuado "oportunismo" em arranjar-se entre as diversas possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, familiaridade com o possível e o imprevisto, aquela iniciativa mínima que permite decidir qual será "a coisa justa" a fazer no interior de um fluxo produtivo não-linear, uma certa familiaridade com as redes comunicativas e informativas. Como se vê, estes são dotes genericamente humanos, e não fruto de uma "especialização". O que defendo é que o pós-fordismo mobiliza todas as faculdades que caracterizam a nossa espécie: linguagem, pensamento abstrato, disposição à aprendizagem, plasticidade, hábito de não ter hábitos sólidos. Quando falo de "intelectualidade de massa", não me refiro, por certo, a biólogos, artistas, matemáticos etc., mas ao intelecto humano em geral, ao fato de que este foi posto a trabalhar como jamais o foi anteriormente. Olhando atentamente, o pós-fordismo se serve de capacidades aprendidas antes e independentemente da entrada no

mundo do trabalho: capacidade induzida da incerteza da vida metropolitana, do desenraizamento, dos choques perceptivos devidos à mudança tecnológica, e mesmo dos jogos de vídeo e do uso dos celulares. Tudo isso está na base da “flexibilidade” pós-fordista. Essas experiências extravalorativas se tornam depois, na produção *just in time*, verdadeiros e próprios requisitos profissionais.

IHU On-Line - Que novos sentidos poderia estar tomando a política a partir das novas tecnologias socializadas (como o exemplo da Wikipédia)?

Paolo Virno - Não é fácil individuar as formas de resistência dentro e contra a “sociedade de controle”. Após Seattle, Gênova, Porto Alegre, vimos emergir uma “nova espécie” social e produtiva: a *intelectualidade de massa*, ou seja, aquela multidão de homens e mulheres que, usando o pensamento e a linguagem como utensílios e matéria-prima, constituem o autêntico pilar da riqueza das nações. Migrantes, precários de todo gênero, fronteiros entre trabalho e não-trabalho, sazonais dos McDonalds e conversadores por tarefa dos *chat-lines*, pesquisadores e informatas: todos eles são, a pleno título, o “intelecto geral”, o *general intellect* (saber, iniciativa subjetiva, força-invenção) que é, conjuntamente, a principal força produtiva do capitalismo pós-fordista e a base material para acabar com a sociedade mercantil e com o Estado como sinistro “monopólio da decisão política”. Em fins do século XIX, os tipógrafos, os curtidores, os têxteis etc. - em suma, os membros das inúmeras associações profissionais - descobriram o que os unia: serem, todos, dispêndio abstrato de energia psicofísica, *trabalho em geral*. Hoje, uma multidão de “indivíduos sociais” - tanto mais ativos da própria singularidade irrepitível quanto mais correlacionados entre si numa espessa trama de interação cooperativa - se reconhecem como *intelecto geral* da sociedade.

Como organizar uma pluralidade de “indivíduos sociais”?

O *general intellect* - “pensamento que deseja, e desejo que pensa”, para utilizar uma bela expressão de Aristóteles - mostra a sua face política com a razoável pretensão de um *basic income* [renda básica] universal e com a recusa de qualquer *copyright* sobre os produtos do recurso comum, que é a mente humana. Resta o problema mais espinhoso: como organizar uma pluralidade de “indivíduos sociais” que, no momento, é ainda fragmentada, exposta ao recato, em suma, *não-organizável*? A intelectualidade de massa sofre para converter o próprio poder produtivo em poder político. A primeira questão na ordem do dia é a das *formas de luta*. É estúpido quem crê que individuar as modalidades do conflito (como greve, sabotagem etc.) seja um problema técnico, simples corolário do programa político. Bem ao contrário: a discussão sobre as formas de luta é a mais intrincada, verdadeiro banco de prova de qualquer teoria política de qualquer orientação. Interdependência, conhecimentos compartilhados, capacidade de correlacionar-se e interagir: esses “dotes profissionais” da multidão pós-fordista devem tornar-se temíveis instrumentos de pressão. As plataformas reivindicadoras, em síntese, o “que coisas queremos”, dependem por inteiro do “como podemos agir” para modificar as relações de força no interior *desta* organização social deste tempo e espaço. Tudo depende, então, da invenção, sem preconceito, de novos “piquetes” e novos “cortejos internos”, que estejam à altura da necessária flexibilidade e do modelo de acumulação baseado no *general intellect*.

IHU On-Line - Como descreveria o perfil do trabalhador do século XXI?

Paolo Virno - Parece-me que, no atual processo de trabalho, sejam valorizadas todas as faculdades que caracterizam a espécie *homo sapiens*. A “natureza humana” torna-se, como tal, um recurso econômico. O conceito de “força-

trabalho” compreende, pela primeira vez, não só os aspectos corpóreos (força física e nervosa), mas também o pensamento, a linguagem, a imaginação, os afetos. O trabalhador do século XXI aplica, no processo produtivo, os mesmos dotes, graças aos quais está no mundo, tem relações com os seus semelhantes, faz frente ao imprevisto. Tudo isso se exprime, mas de modo completamente mistificado, no grande uso que os patrões fazem do termo “profissionalismo”. Note-se: *profissionalismo*, não *especialização*. A diferença é de grande monta. “Especialização” indica um conjunto de atribuições pré-definidas que exigem um certo número, mais ou menos alto, de conhecimentos técnicos; que requer um aprendizado e, em certos casos, estudos adicionais. A “especialização” é uma prerrogativa objetiva que pode ser avaliada com base em parâmetros socialmente compartilhados. O “profissionalismo”, ao invés, é entendido como uma *bagagem subjetiva*, um saber-fazer indistinguível da pessoa singular, a síntese de conhecimentos, experiências vividas, atitudes, sensibilidade.

“Profissionalismo” pós-fordista: dotes de caráter

Bem entendido, o “profissionalismo” pós-fordista não corresponde a nenhuma profissão definida. Ele resolve-se antes em certos *dotes de caráter*. Longe de indicar qualquer competência particular, “profissionalismo” é um termo recatado (e confuso) com o qual se designa a canalização ao trabalho de traços mais genéricos da pessoa. Com uma ressalva: nada mais e nada menos que a arte de *estar no mundo*, de orientar-se nas mais variadas situações, de aparar os golpes do acaso. E é tanto mais significativo que esta arte de estar no mundo, transfigurada em “profissionalismo”, se apresente como precioso *recurso produtivo*. Nas entrevistas de admissão, por exemplo, conta mais a avaliação das propensões e dos hábitos, das ambições e dos “valores” do candidato, do que sua efetiva familiaridade com uma atribuição determinada. O objetivo, note-se, não é

tanto o de apurar a disponibilidade em submeter-se, quanto comprovar a capacidade de reagir com prontidão e senso de oportunidade às contingências não programáveis da empresa de rede ou da produção *just in time*.

IHU On-Line – Qual é, segundo sua visão, a situação do movimento *new global*?

Paolo Virno – O movimento global, de Seattle em diante, assemelha-se a uma pilha voltaica de funcionamento reduzido: acumula sem gastar energia, mas não sabe como e onde descarregá-la. Está-se diante de um admirável entesouramento, ao qual não correspondem, por enquanto, investimentos adequados ou diante de um novo aparelho tecnológico, potente e refinado, do qual, todavia, ignoram-se as instruções de uso. A dimensão simbólico-midiática tem sido, ao mesmo tempo, ocasião propícia e limite. De um lado, garantiu a acumulação de energia, do outro a impediu ou diferiu ao infinito a sua aplicação. Todo ativista sabe: o movimento global não consegue ainda incidir – entendo: incidir com o garbo de um ácido corrosivo – sobre a atual acumulação capitalista. De onde nasce a dificuldade? Por que a questão do lucro, mas também o funcionamento dos poderes constituídos, já não foram mais tão conturbados pelo movimento *new global*? A que se deve este paradoxal “duplo vínculo”, com base no qual o âmbito simbólico-comunicativo é, ao mesmo tempo, mola propulsora e fonte de paralisia? O *impasse* que atormenta o movimento global brota da sua inerência às atuais relações de produção. E não da sua indiferença ou marginalidade, como reputam alguns.

Um movimento ético

O movimento é a interface conflitante do processo de trabalho pós-fordista. Precisamente por isso (e não malgrado isso) ele se apresenta na cena pública como um movimento *ético*. Eu me explico. A produção capitalista contemporânea mobiliza, em benefício

próprio, todas as atitudes que distinguem a nossa espécie, põe a trabalhar a *vida* como tal. Ora, se é verdade que a produção pós-fordista se apropria da “vida”, ou seja, das faculdades especificamente humanas, é óbvio que a insubordinação em seus confrontos se direciona para este mesmo fato, inclusive a vida, na produção flexível, vem contraposta à instância de uma “boa vida”. E a busca da “boa vida” é, precisamente, o tema da ética. Eis aí a dificuldade e, ao mesmo tempo, o desafio realmente interessante. O primado da ética é o fruto direto das relações materiais de produção. Este primado, porém, parece, de saída, afastar-se daquilo que o provocou. Um movimento ético procura interferir com o modo pelo qual hoje se forma o mais-valor. A força-trabalho que é o coração do pós-fordismo globalizado – precário, flexível, fronteiro entre ocupação e desocupação – defende alguns princípios generalíssimos que dizem respeito à “condição humana”: liberdade de

linguagem, compartilhar daquele bem comum que é o conhecimento, paz, salvaguarda do ambiente natural, justiça e solidariedade, aspiração a uma esfera pública na qual sejam valorizadas a unicidade e irrepitibilidade de cada existência singular. A instância ética, que ainda tem suas raízes na jornada social de trabalho, sobrevoa esta última em alta quota, sem alterar as relações de força que vigem em seu interior. Erra quem desconfia da carga ética do movimento, acusando-o de negligenciar a luta de classes contra a exploração, mas erra também, por motivos especulares, quem se gaba desta carga ética, pensando que ela ponha finalmente fora de jogo categorias como a “exploração” e a “luta de classes”. Em ambos os casos se deixa escapar o decisivo: o nexos polêmico entre a instância da “boa vida” (que se encarnou em Gênova e Porto Alegre) e a vida colocada a trabalhar (fulcro da empresa pós-fordista).

“Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”

Entrevista com Robert Kurz



Robert Kurz, sociólogo e ensaísta alemão, foi entrevistado pela revista *IHU On-Line*, por e-mail, sobre a discussão que levantamos na matéria de capa da presente edição. Kurz manifesta-se de maneira muito crítica em relação ao *software* livre e ao *copyleft*. Ele argumenta que sua crítica se refere a experiências negativas que ele teve na Alemanha com os defensores do software livre. “Espero, no entanto, que minhas respostas possam contribuir para uma discussão controversa.

Quero, com isso, procurar, de modo não meramente negativo, tomar uma posição alternativa. Mas nosso tatear por uma alternativa social exige, precisamente, também um debate crítico”, explica. Nascido em 1943, Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. Atualmente, vive em Nuremberg como publicista autônomo, autor e jornalista. Foi co-fundador e redator da revista teórica *Krisis - Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* (Krisis - Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da